

ATA Nº 135

Aos 12 de Dezembro de 2020, na Tribuna de Honra do Estádio Nacional no Jamor, reuniu em Assembleia Geral Ordinária, a Federação Portuguesa de Pesca Desportiva, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Leitura e votação da ata da última Assembleia Geral;
2. Análise, discussão e votação do Plano de Atividades e Orçamento - 2021;
3. Outros assuntos de interesse para a modalidade

A Mesa da Assembleia Geral foi constituída pelo Sr. Presidente da Assembleia Geral, Dr. Luis Manuel Santos Valente e por ausência justificada dos secretários Manuel do Carmo e José Carvalho, o Sr. Presidente pediu a colaboração da Sr^a D^a Ana Cláudia Fernandes e do Sr. Hélder Mateus, para preencher os dois lugares em falta, tendo os mesmos aceitado o cargo.

De seguida propôs à Assembleia, que fosse votada a constituição da Mesa da Assembleia Geral, com a inclusão dos elementos convidados, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

A Assembleia Geral teve início pelas 10 horas com a presença dos seguintes Delegados:

Seis Delegados Representantes dos Clubes:

António José Pastagem Nunes
Carlos Jorge Correia Balteiro
Célio Alexandre Ribeiro Cajeira
Messias José Branco de Oliveira
Pedro Manuel Santos Vilelas
Joaquim Augusto Ferreira Ribeiro

Dois Delegados Representantes dos Juizes:

Ricardo Daniel Fernandes da Costa
Rogério Paulo Pereira Marques

Seis Delegados Representantes dos Praticantes:

Alípio Monteiro Almeida
Francisco José Fralda Lopes
Joaquim Manuel Fernandes Gomes
Maria Alice Godinho Sampaio Costa
Pedro Renato Sabino Marques Prata
Vitor Manuel Medeiros Rosa

Dois Delegados Representantes dos Treinadores:

João Martinho Vieira Vizinha
José Augusto Silva Oliveira

Quatro Delegados Representantes das Associações Regionais:

António Silva Barbosa
Hélder João Silva Mateus
António Domingos Combado Ramalho
José Manuel Teixeira Santana

Em representação da Direção da Federação, para além do seu Presidente Carlos Baptista, estiveram presentes, Rosa Cristino, Bruno Valente, António Pais, Luis Ferreira, Miguel Eusébio, Nuno Assis, António Matias, Arlindo Crista e Victor Coelho.

Justificaram a falta a esta Assembleia Geral, 7 Delegados:

Quatro Representantes dos Clubes:

Alexandre Jorge Pereira Rodrigues
Fernando Alberto Martins Coelho
João Carlos Carvalho Silva Simões
José Maria Oliveira Rodrigues Calado

Três Representantes das Associações Regionais:

Carlos José Santos Lopes
José Eduardo da Silva Afonso
Júlia Maria Rodrigues Ferreira

Faltaram à Assembleia Geral e não apresentaram justificação seis delegados:

Dois representantes dos Clubes:

Manuel Vicente Correia Ranhola
Rui Emanuel Silva Oliveira

Quatro representantes das Associações Regionais:

João Paulo Conceição Patrício
Serafim Mário Martins Sá Pereira
Representante da APDIP
Representante da APTA

Aberta a sessão o Sr. Presidente informou quais os Delegados em falta que justificaram a sua não comparência.

De seguida passou ao ponto número um da ordem de trabalhos, tendo o delegado João Vizinha, chamado a atenção, para a necessidade da retificação de dois pontos da ata número 134, de forma a corrigir a diferença entre número de Delegados presentes, inferior ao número de votos depositados na urna. Verifica-se que efetivamente a ata número 134 está enferma desse erro que resulta de um lapso, pelo que, se deve considerar para além dos 20 Delegados indicados na ata, também e de forma correta a presença dos dois Delegados Representantes dos Treinadores, Senhores João Martinho Vieira Vizinha e José Augusto Silva Oliveira corrigindo o número de delegados enumerados de 20 para os 22 que efetivamente participaram na Assembleia Geral; e

A correção da Associação Regional que o Sr. Manuel Ranhola, representa como Delegado de Clubes que, por lapso, foi indicada como sendo a ARBPD, quando correta e efetivamente representa os Clubes da ARBAPD.

De seguida informou o Sr. Presidente que se iria proceder e relevar nesta ata as retificações anteriores relativas à ata nº 134, tendo posto à votação a dispensa da sua leitura o que foi aprovado por unanimidade, sendo de seguida posta a votação para aprovação ou não, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com um voto de abstenção.

Passando, ao ponto número dois da Ordem de trabalhos, o Sr. Presidente da Assembleia Geral, deu a palavra ao Presidente da Direção Sr. Carlos Batista, para umas breves notas explicativas sobre o Plano de Atividades e Orçamento - 2021.

Após esta intervenção foi dado um tempo para os pedidos de esclarecimento e opiniões dos Delegados presentes, tendo começado o Sr. José Oliveira, que teceu alguns comentários e concordando sobre o número de provas dos campeonatos nacionais (escalões com acesso a seleções) não concordando com a redução do número de provas para os Campeonatos Nacionais da 2ª e 3ª divisões. Levantou ainda, a questão de haver a urgente necessidade do Campeonato Nacional da 3ª Divisão de mar, voltar a realizar-se a nível nacional numa só divisão, deixando de existir a zona norte e zona sul. Para justificar esta tese, José Oliveira enuncia factos que se têm verificado desde que houve a divisão da terceira divisão nacional de mais em duas zonas norte e sul. A prática da modalidade a nível competitivo nas praias do norte do País não existe porque não há peixe. Os pescadores da terceira divisão zona norte, são submetidos a quatro horas de pesca por prova horríveis onde a “grade” é uma constante. Os pescadores que sobem à segunda divisão nacional entram imediatamente em competição com pescadores do sul do País habituados a campeonatos altamente competitivos com muito peixe e desta forma os pescadores oriundos da zona norte ficam imediatamente confinados às últimas classificações. Esta separação da terceira divisão em duas, fez um retrocesso enorme em termos qualitativos da pesca de competição no mar a nível Nacional e uma desmotivação nos pescadores do norte do País. Quer queiramos ou não, as praias do Alentejo e Algarve tem muito peixe e como tal a pesca de competição deverá ser aí praticada.

Seguidamente, tomou a palavra o Delegado António Barbosa, que reforçou a opinião do delegado anterior explicando o porquê da sua posição.

Teceu ainda alguns comentários sobre as datas versus locais de realização das provas de Água Doce, tendo o Sr. Vice-Presidente de Água Doce pedido, para ele expor as alterações propostas por escrito.

Neste primeiro bloco falou ainda o Sr. Delegado João Vizinha que questionou sobre as subidas e descidas dos campeonatos. Em relação ao apuramento no mesmo ano das Seleções Nacionais, pode haver algum inconveniente e deu o exemplo dos preços dos bilhetes de avião, que ao serem reservados atempadamente, os valores acabam por ser menores. Chamou ainda à atenção para a necessidade de alteração de algumas datas no calendário de Água Doce.

Após estas intervenções foi dada a palavra ao Presidente da Direção, que deu a conhecer que a Federação, tinha assinado uma parceria com a agência de Viagens Cosmos, de forma a garantir as melhores condições para a deslocação das nossas Seleções Nacionais. Informou ainda que a área de Água Doce, iria rever as datas do calendário nacional.

Dado a palavra a delegados que queriam intervir, foi a vez da Delegada S^a D^a Maria Alice que comentou a calendário de Água Doce, em relação às provas das camadas mais jovens não concordando com a redução do número de provas, disse que os atletas jovens da categoria U25 deveriam compartilhar nos custos da seleção quando da sua deslocação, não achando bem que a Federação suporte todas as despesas daí inerentes. Abordou de forma superficial o orçamento, achando exagerados alguns valores entre eles as despesas com o pessoal.

O delegado Sr. José Santana, referiu que uma vez que os Campeonatos Nacionais de 2021, não apuram Seleções Nacionais, não faz sentido realizarem-se Campeonatos Nacionais em 2021, podendo estes serem substituídos por Taças, Torneiros ou Estágios.

Entreviu o Delegado Sr. Pedro Prata, que falou sobre a redução para 4 provas dos Campeonatos Nacionais, que na sua opinião retiraria competitividade.

Após breves notas dadas pelo Presidente da Assembleia Geral, tomou a palavra o Presidente da Direção, tendo esclarecido o ponto de vista da Direção no sentido da alteração do número de provas.

Seguidamente o delegado Sr. Vitor Rosa, comentou as Seleções Nacionais, levantou a hipótese dos Campeonatos Nacionais, das camadas jovens serem realizados em 6 provas, divididas por dois períodos de três provas em locais diferentes. Solicitou ainda a criação de uma base de dados, sobre com informação dos locais, tipo de pesca, iscos utilizados, etc..., onde já se realizaram Campeonatos Internacionais. Propôs ainda que o Sr. João Vizinha, uma vez que é delegado da FIPS-ed, colaborasse na criação desta base de dados, uma vez que tem informação privilegiada. Elogiou ainda direção pelo seu trabalho.

O delegado Sr. João Vizinha, informou estar à disposição da Direção, para ajudar na criação da base de dados.

Encerrando este capítulo de esclarecimentos, foi dada a palavra ao Sr. Presidente do Conselho

Fiscal, para se pronunciar sobre o orçamento de 2021, que leu o Parecer do Conselho Fiscal e apelou à sua aprovação.

Foi então colocado aos delegados presentes a votação o Plano de Atividades e Orçamento para 2021, tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade.

No ponto número três, entreviu o Delegado Sr. Antonio Barbosa, que levantou a questão de existirem duas Associações Regionais, que não assinam o Contrato-programa com a FPPD, que esta situação devia de ser analisada.

De seguida o delegado, Sr. João Vizinha, informou como membro da FIPS-ED, que o Calendário Internacional de Água Doce, poderá sofrer algumas alterações devido á Pandemia que estamos a viver. Sendo que a maioria dos Campeonatos do Mundo poderão ser realizado, apenas a partir do mês de Junho de 2021.

O Delegado Sr. José Oliveira, reforçou novamente a alteração da estrutura do Campeonato Nacional da 3ª Divisão – Mar, para não ser esquecida.

Entreviu ainda o Delegado Sr. Pedro Prata, sobre a diferença que deveria existir a nível oficial entre pesca lúdica e a pesca de competição.

Também por lapso, foi indicado que o Delegado Manuel Vicenta Correia Ranhola esteve presente na Assembleia como representante de Clubes da ARBPD quando, efetivamente, o referido Delegado é representante de Clubes da ARBAPD.

Não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, deu por encerrados os trabalhos pelas 12 horas e 35 minutos.

O Presidente



O Secretário

O Secretário


